

Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

RELATÓRIO TÉCNICO BIMESTRAL PRODUTO 18: Assistência social e psicológica
- Realizar o mapeamento da rede socioassistencial e das formas de Controle Social do município, elaborar sobre os programas da Fundação Renova e acompanhar se necessários os atingidos e atingidas nas demandas especiais.

Barra Longa, MG

2019

Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

RELATÓRIO TÉCNICO BIMESTRAL PRODUTO 18: Assistência social e psicológica
- Realizar o mapeamento da rede socioassistencial e das formas de Controle Social do município, elaborar sobre os programas da Fundação Renova e acompanhar se necessários os atingidos e atingidas nas demandas especiais apresentado à AEDAS como cumprimento da primeira etapa de trabalho prevista no Termo de Referência.

Elaborado por: Juliana Ap. Cobuci Pereira
Assistente Social (CRESSMG-23961)

Barra Longa, MG

2019

SUMÁRIO

Introdução.....	4
O município de Barra Longa, a organização da produção, trabalho e renda.....	7
Impactos à produção, trabalho e renda da população de Barra Longa/MG.....	9
Configuração socioassistencial do município de Barra Longa-MG.....	22
Referências.....	25
Anexos.....	30

Mapeamento socioassistencial e das formas de Controle Social do município de Barra Longa

Introdução

O mapeamento socioassistencial exige a análise de um conjunto de informações capazes de demonstrar a configuração da proteção social em uma dada realidade, neste caso, do município de Barra Longa-MG. Entende-se por proteção social o conjunto de garantias e ações organizadas e oferecidas pelo Estado que buscam proteger os cidadãos dos riscos sociais (DI GIOVANNI, 1998). Neste sentido os riscos sociais correspondem a situações ou condições que comprometem a capacidade das pessoas de assegurar, por si mesmos, o seu desenvolvimento e manutenção.

Os riscos sociais podem ser de diversas ordens, relacionados a aspectos como a dificuldade de acessar bens, serviços e/ou recursos, oriundos de situações de discriminação como aquelas experimentadas por alguns grupos sociais como mulheres, negros/as, pessoas portadoras de deficiência, LGBT's, indígenas, entre outros grupos e ainda riscos socioambientais gerados por situações como enchentes e desabamentos. Percebe-se desta maneira que a situação socioassistencial diz respeito a aspectos que podem alterar significativamente a qualidade de vida e trabalho das pessoas. Logo não se restringe apenas a situações relacionadas a renda envolvendo, pois, todas as condições que de alguma forma impõe limites ao pleno desenvolvimento humano.

Assim é em virtude de situações de risco que diversos grupos sociais e até mesmo populações são colocadas em condições de vulnerabilidade. Cabe destacar que tais condições são decorrentes de processos sociais amplos e que colocam os sujeitos, grupos ou famílias em situação de risco no que diz respeito a sua qualidade vida, autonomia e liberdade, mas que podem ser

minimizadas ou revertidas. Contudo por relacionar-se a situações complexas em tal circunstância os sujeitos, por si só, não têm meios para agir por conta própria para reverter a situação. Logo cabe ao Estado agir por meio de políticas públicas, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios). Neste sentido o acesso (ou não) a políticas públicas constitui um instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território e, por conseguinte demonstra a organização da proteção da população ou sua desproteção quando o acesso aos serviços não se efetiva conforme as necessidades dos cidadãos.

Para verificar como vem se configurando a situação socioassistencial das populações organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e os governos costumam adotar indicadores sociais que correspondem a dados relacionados a áreas fundamentais como renda, segurança alimentar, acesso à educação, índice de violência e também dados relativos aos grupos sociais mais sujeitos a situações de vulnerabilidade como crianças, mulheres e idosos.

Para estabelecer o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a ONU considera três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Nesta mesma direção o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) busca agrupar dados sobre educação, renda, trabalho, demografia, longevidade, habitação e sobre grupos específicos em situação de vulnerabilidade.

A eleição dos indicadores capazes de demonstrar a situação socioassistencial de um município deve, portanto, observar os itens fundamentais ao desenvolvimento humano e ainda contemplar outras informações derivadas das particularidades do território uma vez que o processo de produção e reprodução de desigualdades sociais se dá pela interrelação das determinações presentes em uma dada realidade (SANTOS, 1978; 1985).

No caso do município de Barra Longa tal consideração se coloca como parte intrínseca a análise em curso uma vez que a cidade, assim como outros 39 municípios entre Minas Gerais e o Espírito Santo, foi atingida pelo maior

desastre/crime ambiental do país, o rompimento da Barragem de rejeitos da Mineradora Samarco, em 6 de novembro de 2015, na região de Mariana/MG.

Desde aquela data a população de Barra Longa vive um contexto de variados problemas relacionados a moradia, saúde, renda, prejuízos à economia local e as relações comunitárias, entre diversos outros itens. Este quadro impõe a consideração de dados e/ou determinantes que foram alterados pelas situações geradas pelo desastre/crime e também as situações novas, que tiveram origem como desdobramento do rompimento da barragem. Além disso, a análise deve abarcar as particularidades do território uma vez que o modo de vida da população, próprio de uma cidade de pequeno porte e com uma extensa zona rural, foi profundamente alterada gerando situações complexas e que não faziam parte da vida da população local. Os indicadores devem, portanto, relacionar-se com áreas fundamentais ao desenvolvimento humano e que foram fortemente impactadas pelas situações geradas oriundas do desastre/crime considerando que tais elementos determinam a atual situação socioassistencial da população.

Após levantamento inicial sobre as áreas do município atingidas pelo desastre/crime identificou-se que é importante considerar dados oriundos da situação de trabalho e renda da população posto que, até o momento, muitas atividades produtivas não foram retomadas fazendo com que grande parte da população ainda hoje experimente situações nas quais a sua renda e trabalho está prejudicada, comprometendo a qualidade de vida de inúmeras famílias e o acesso das mesmas a bens e serviços fundamentais. Logo o trabalho e a renda se colocam como um indicador fundamental.

Outro item que sofreu profunda alteração negativa no município diz respeito ao acesso a alimentos. Em Barra Longa, até a cidade se atingida pela lama de rejeitos, existia uma cultura de plantio nos quintais, muitos deles dispostos ao longo da margem dos rios Carmo e Gualaxo, mas que foram tomadas pelo rejeito. Os vegetais e frutas produzidos nestes quintais garantiam a população o acesso à alimentação fresca, variada e por isso rica em nutrientes. Era comum entre os moradores a troca de produtos intensificando o acesso a variedade de alimentos.

Os quintais produtivos cumpriam ainda a função de reduzir os custos com alimentação uma vez que não havia a necessidade de dispender recursos na compra de tais itens o que se tornou comum a população, pois a lama depositada nos quintais os tornaram, muitas vezes, improdutivos. Além disso, o plantio nestas áreas hoje representa um risco a saúde da população, considerando o depósito de metais pesados no solo. Logo a segurança alimentar é outro indicador adotado para análise da socioassistencial do município.

Percebeu-se ainda que existem áreas afetadas pelas situações geradas pelo desastre/crime que ainda não foram devidamente mensuradas como a educação e o quadro de violência sobre grupos potencialmente vulneráveis. Neste quadro optamos por adotar como indicadores, além do trabalho e renda e segurança alimentar, dados relacionados a violência e educação.

As fontes de dados consideradas para o levantamento dos indicadores elencados serão os Levantamentos realizados nos Seminários Temáticos; Levantamento realizados nos grupos de base; Relatórios de atendimentos técnicos da Assessoria Técnica dos Atingidos/as; dados fornecidos pelo Departamento Municipal de Assistência Social; dados fornecidos pelo Departamento Municipal de Educação; dados fornecidos pela Polícia Militar e dados fornecidos pelo Conselho Tutelar.

Considerando a complexidade de questões que envolve o levantamento dos dados relativos aos indicadores que servirão de base para a análise em questão apresentamos neste documento os dados relativos ao indicador “trabalho e renda”. Os demais indicadores serão tratados oportunamente a partir da finalização do levantamento, organização e sistematização dos mesmos seguindo desta forma os procedimentos adotados para o tratamento dos dados relativos ao trabalho e renda apresentados a seguir.

1. O município de Barra Longa, a organização da produção, trabalho e renda.

O município de Barra Longa foi fundado por volta de 1711 no processo de desbravamento do interior de Minas Gerais pelo coronel Matias da Silva Barbosa que recebeu, do governador Artur de Sá de Menezes, vasta extensão de terras na região onde hoje se localiza o município para combater a população indígena que vivia naquela região. Fundou-se então um pequeno arraial nomeado de Barra de Matias Barbosa que posteriormente, em 1938, foi elevado de distrito a Município já com o nome de Barra Longa.

O município se estende por 383,6 km² e uma possui população estimada de 6143 habitantes (IBGE, 2010). As principais atividades econômicas que se desenvolveram no município foram a exploração do ouro de aluvião e, posteriormente com a decadência do ciclo do ouro, a agricultura. O bordado e o artesanato também ganharam destaque na economia e identidade cultural de Barra Longa.

A atividade mineradora de grande porte não faz parte da história da cidade. Em Barra Longa a mineração ocorre historicamente através da atuação de garimpeiros que retiram ouro ao longo das margens dos rios a partir de formas tradicionais de garimpo, como a faiscação. Contudo desde o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, em 2015, o município de Barra Longa sofre os impactos negativos da mineração. Afinal foi uma das cidades atingidas pela lama de rejeitos, sendo a única na qual o centro urbano também foi invadido pela lama.

Os efeitos do desastre/crime para a população atingida foram muito variados e de grande intensidade. No que diz respeito a produção, trabalho e a renda da população pode-se dizer que houve comprometimento de toda a cadeia produtiva do município. Desta forma houveram impactos muito significativos no âmbito do trabalho e conseqüentemente na renda das famílias.

A produção agrícola foi um dos segmentos produtivos mais prejudicados. Grande parte da lama de rejeitos se depositou em áreas, até

então, destinadas a agricultura e pecuária leiteira prejudicando, e em alguns casos impossibilitando a retomada tais atividades.

O comércio no município também foi bastante prejudicado em razão das situações geradas pelo desastre/crime, especialmente devido à perda do poder aquisitivo das famílias e pela quebra das cadeias de comércio. No caso das bordadeiras, por exemplo, havia um grande fluxo de compra de materiais e venda de produtos para os municípios vizinhos, mas com a cidade coberta de lama as vendas foram comprometidas e muitas bordadeiras se viram obrigadas a buscar outras inserções sócio-ocupacionais para garantir o sustento do lar.

Pode-se dizer que atualmente a economia de Barra Longa se encontra comprometida negativamente, pois após quase quatro anos do desastre/crime não houve a reativação da economia local. O contexto gerado pelo desastre/crime coloca a necessidade de ações que consigam reestabelecer as cadeias produtivas comprometidas pelos impactos da lama no município. Nesta mesma direção se coloca a configuração do trabalho já que grande parte da população teve o trabalho ou atividade produtiva afetada. Neste quadro a renda das famílias sofreu significativa redução, alterando fortemente a condição e a qualidade de vida da população.

Vejamos como se coloca o trabalho e renda no município desde o desastre/crime.

2. Impactos à produção, trabalho e renda da população em Barra Longa – MG.

A economia de Barra Longa era até a cidade ser atingida pela lama de rejeitos em 2015, principalmente, de base agrícola com produção concentrada na atividade leiteira. A renda da população, entretanto apresentava uma composição muito particular. Dados levantados pela Assessoria Técnica dos/das atingidos/as demonstram que a renda das famílias era originalmente

composta por uma variedade de atividades, não existindo em muitos casos uma renda principal, como é comum nas cidades com característica mais urbana.

Assessoria Técnica identificou via grupos de base doze principais categorias de trabalho e atividades produtivas são elas: 1) Assalariados/as; 2) Trabalhadores por conta própria; 3) Bordadeira/artesã; 4) Garimpeiro; 5) Pescador; 6) Comerciante; 7) Produtor/a rural; 8) Trabalhador/a rural; 9) Empregadas domésticas; 10) Donas de casa; 11) Trabalhador da construção civil, e; 12) Desempregados/as. O levantamento realizado pela Assessoria Técnica demonstra que após o rompimento da barragem registram-se, em todos estes segmentos, redução ou perda de renda. Em muitos casos, as pessoas tiveram que buscar novos tipos de inserção profissional uma vez que a atividade antes realizada foi muito prejudicada como é o caso por exemplo das bordadeiras, dos garimpeiros, dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores rurais. Esta situação determinou um aumento expressivo de pessoas desempregadas no município fazendo com que fosse necessário à sua consideração como um grupo particular.

O Atlas do Desenvolvimento Humano aponta que em 2010 o município tinha 16,25% da população economicamente ativa desocupada. Considerando as manifestações dos/das atingidos a respeito da dificuldade em encontrar trabalho no município se percebe que esta situação se intensificou após o desastre/crime uma vez que o grupo de trabalhadores desempregados totaliza 4,93% dos/as atingidos que participaram dos Seminários Temáticos, espaços que contaram com a participação de 20% do município o que indica que este índice por ser bem maior se considerada a população total de Barra Longa.

Os dados levantados pela assessoria técnica demonstram situação onde a renda chegou a ser composta pela realização de até sete atividades¹. Isso ocorria porque em muitas famílias as atividades produtivas variavam dependendo do período do ano e da demanda por determinados serviços. Nestes casos se enquadram, por exemplo, os garimpeiros, que durante o período de chuvas se dedicavam a pesca ou ao trabalho rural, pois se torna inviável algumas modalidades do garimpo durante o período chuvoso. Da

1 Fonte: Sistematização do Banco de dados por Seminário Temático.

mesma forma os trabalhadores/as rurais contratados como cortadores de cana atividade realizada em épocas específicas do ano, também realizam outras atividades profissionais no período da entressafra da cana. As donas de casa são outro exemplo deste tipo de composição de renda, pois muitas se dedicavam também ao bordado, ao trabalho rural e ao comércio. Logo diferentes combinações de trabalhos e atividades produtivas compunham a renda das famílias.

Considerando o quadro de composição de renda observado em Barra Longa até o desastre/crime é possível afirmar que tal configuração se estabelecia organizado com base na pluriatividade. O conceito de pluriatividade é geralmente empregado para explicar a composição de renda das famílias inseridas no espaço agrícola cujos membros realizam diferentes atividades produtivas. Neste sentido diz respeito a realização de uma variedade de atividades sócio-ocupacionais pelos componentes de uma família a fim de obter renda a partir de tais inserções sendo que ao menos uma das atividades, em geral, se relaciona ao espaço agrícola (Schneider 2003).

Barra Longa tem a maior parte de seu território localizado em zonas rurais. Neste sentido grande parte da população realizava alguma atividade oriunda do campo e mesmo as famílias residentes no centro urbano do município possuíam/possuem forte ligação com o espaço rural através de vínculos de parentesco, comunitários ou ainda se deslocando da cidade para o campo a fim de desempenhar alguma atividade relacionada ao universo agrícola o que ratifica a pertinência do uso deste conceito para compreendermos a composição das rendas da população local.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil apontam que, em 2010, a maior parte da população ativa² do município, 47,58%, desempenhava atividades produtivas no setor agropecuário, seguido por 33,17% de pessoas inseridas no setor de serviços; 6,95% no comércio; 5,7% no setor da construção civil; 1,87% na indústria de transformação e, 0,50% na indústria extrativa.

Diversos autores que estudam o tema observam que a pluriatividade constitui uma estratégia de reprodução social e econômica adotada em geral

2 Pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais.

por pequenos produtores familiares para permanecer no espaço rural (HESPANHOL; MOREIRA, s.d.). Por isso pode ocorrer inclusive a combinação entre fontes de renda oriundas de agrícolas e não agrícolas. Em todos os casos a pluriatividade é sinônimo de variedade de renda que acaba por funcionar como elemento que permite, em caso de alteração em alguma das atividades, as demais garantir a manutenção da família em níveis mais estáveis.

Em Barra Longa, contudo verifica-se o comprometimento de toda a cadeia produtiva e econômica. Por isso mesmo que a população tivesse a pluriatividade como elemento constitutivo da renda das famílias devido a amplitude do desastre/crime, que incidiu em praticamente todas as áreas produtivas do município, grande parte da população apresenta relatos a respeito de redução das oportunidades de trabalho e de também de renda.

Os dados levantados nos Seminários Temáticos³ demonstram que do total de 1217 pessoas que participaram dos Seminários, que corresponde a 19,81% da população, **todas as categorias** informaram ter havido alterações nas suas fontes de renda em virtude da diminuição ou perda da mesma. Esta situação se explica na maioria dos casos devido à interrupção de muitas atividades produtivas o que inviabilizou o acesso a renda provenientes de tais atividades.

As situações derivadas da perda de renda e trabalho são identificadas também nos relatórios de atendimentos técnicos. Nestes documentos estão descritos casos como o da senhora A⁴ que trabalhava como garimpeira, trabalhadora rural e comerciante. Mas que após a lama atingir os rios da região de Barra Longa teve significativa alteração relativa ao trabalho e renda pois não foi mais possível o trabalho no garimpo. Ela também foi dispensada do trabalho como cortadora de cana, uma vez que a lama de rejeitos tomou a área onde havia plantação de cana e que a contratava. Além disso senhora A ficou impossibilitada de vender as suas mercadorias, pois enquanto a lama não foi retirada da cidade o comércio ficou bastante comprometido em virtude da diminuição da circulação de pessoas e conseqüentemente de recursos. Neste

3 Os Seminários Temáticos têm o objetivo de discutir com cada categoria profissional acima citadas o processo de reparação.

4 Optamos por preservar neste documento a identificação das pessoas.

cenário e com o passar do tempo houve significativa perda de clientes ao passo que a senhora ficou sem as suas três fontes de renda e trabalho.

Situação semelhante foi relatada pela senhora B que desde o rompimento da barragem está desempregada, mas que tinha uma renda composta pelas atividades pesqueira, produção e venda de peças de artesanato e pela produção e venda de hortaliças. Contudo assim como na situação descrita anteriormente a senhora B não pode mais contar com rendimentos das atividades de pesca e plantio de hortaliças uma vez que ambos os espaços, o rio e o seu quintal, foram atingidos pela lama de rejeitos. O comércio de artesanato também ficou prejudicado, pois a desde o desastre/crime houve significativa queda na venda destes produtos.

O casal C e D também relatou situação de alteração de trabalho renda que comprova o impacto do desastre/crime. O senhor D trabalhava como garimpeiro, trabalhador da construção civil, pescador, produtor rural e comerciante. Mas desde que a lama atingiu o município ele se encontra desempregado pois as atividades relativas à agricultura e pesca tiveram que ser interrompidas.

Apesar de a construção civil ter sido retomada no município tendo em vista as reformas e reconstruções das moradias destruídas pela lama de rejeitos verifica-se que uma dificuldade de inserção dos trabalhadores da região de Barra Longa nas empresas terceirizadas contratadas pela Fundação Renova, entidade responsável pelo processo de reparação, e que contrata, na maioria das vezes, empresas de outros municípios da região que não priorizam a contratação dos trabalhadores locais.

Enquanto isso a senhora C que trabalhava como garimpeira, pescadora, comerciante e empregada doméstica atualmente conta somente com a renda derivada desta última, posto que assim como nas demais situações descritas perdeu a possibilidade de exercer as outras atividades que compunha a renda da família assinalando uma significativa redução na mesma.

Cabe destacar que para situações de perda de renda derivadas dos desdobramentos do desastre/crime o TTAC previu a implementação de um Programa de Auxílio Financeiro Emergencial cujo objetivo principal é o

fornecimento do auxílio financeiro emergencial (AFE) às famílias atingidas. Conforme prevê a cláusula 137 do citado acordo o AFE é destinado as pessoas que tiveram a sua renda afetada por processos oriundos do rompimento da barragem de Fundão.

O acordo determina ainda que fornecimento do auxílio deve perdurar até o restabelecimento das condições produtivas não havendo desta forma tempo máximo de recebimento do mesmo. O AFE é composto por 1 (um) salário mínimo, acrescido de 20% (vinte por cento) por dependente e de mais uma cesta básica, conforme valor estipulado pelo DIEESE⁵. Contudo é comum o relato sobre a dificuldade de reconhecimento das famílias enquanto atingidas pela Fundação Renova o que determina que grande parte da população não tenha acesso ao auxílio apesar de comprovadamente sofrer os efeitos do desastre/crime. Do total de 67 atendimentos realizados pela assessoria técnica 20 tratam de situações relativas à dificuldade de acesso ao auxílio ou informam sobre o cancelamento do seu recebimento.

Neste quadro as famílias têm que lidar com a perda de trabalho e renda sem este recurso tão importante para a manutenção das famílias que vem, após quase quatro anos do rompimento da barragem, vivenciado um processo de significativo empobrecimento tendo em vista a perda de poder aquisitivo em virtude da redução e em alguns casos a interrupção da renda oriunda de suas fontes.

Os relatos e os dados levantamos demonstram ainda que a perda de trabalho e renda atingiu mais fortemente as mulheres do município uma vez que a inserção deste grupo social se dava predominantemente via atividades informais⁶, ou seja, sem quaisquer garantias trabalhistas e que após o desastre/crime foram fortemente prejudicadas especialmente pela inviabilidade de sua continuidade. É este o caso das trabalhadoras que produziam itens para comercialização como as quitandeiras e as bordadeiras. Isso demonstra que as pessoas inseridas até o desastre/crime em atividades informais ou autônomas foram colocadas em uma situação bastante frágil no que diz respeito a renda e as possibilidades de acesso as garantias sociais e/ou trabalhistas. E uma vez

5 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

6 Dados da PNUD (2010) indicam que apenas 30,84% dos vínculos de trabalho no município ocorriam via contratos formais de trabalho.

que as mulheres compõem o grupo de trabalhadoras que mais se dedicavam a atividades informais e/ou autônomas, elas correspondem ao grupo social que mais fortemente sentiu os efeitos da quebra da cadeia produtiva e de comércio do município.

Os efeitos do desastre/crime sobre o trabalho e renda das famílias não se restringiu a perda de trabalho e renda, mas também determinou a mudança de atividade econômica de muitas pessoas como nos casos relatados nos grupos de base. Destacamos a experiência do senhor E que até o rompimento da barragem era trabalhador rural assalariado e por conta de a lama ter invadido a zona rural onde se localiza a propriedade na qual trabalhava passou a buscar o sustento de sua família desempenhando atividades em um açougue. O mesmo ocorreu com o senhor F que era trabalhador assalariado em uma cachaçaria, mas perdeu o emprego em virtude dos efeitos do desastre/crime e atualmente trabalha como mecânico. Estes exemplos de rearranjo do trabalho assinalam algumas das mudanças ocorridas no trabalho e a renda de muitas pessoas e conseqüentemente de suas famílias.

Outro fator determinante na configuração atual do trabalho e renda das famílias de Barra Longa se referem às despesas geradas por novos gastos, todos determinados por situações derivadas do rompimento da barragem como alugueis, despesas com tratamentos de saúde e medicação, despesas com alimentação, despesas com material de construção e reformas, despesas com transporte, despesas com material de limpeza, entre outros. Entre os tipos de novos gastos mais citados pela população a Assessoria Técnica identificou sete principais áreas. São elas: saúde; transporte; moradia; alimentação; limpeza; água e luz, e; produção.

O quadro a seguir deixa mais claro como se expressam estes gastos organizados a partir das declarações das pessoas e considerando a sua inserção profissional.

QUADRO 1. Novos gastos por categorias profissionais

	PRINCIPAIS ÁREAS COM NOVOS GASTOS
--	-----------------------------------

CATEGORIAS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS	SÁUDE	TRANSPORTE	MORADIA	ALIMENTAÇÃO	PRODUTOS LIMPEZA	ÁGUA E LUZ	PRODUÇÃO	TOTAL
Donas de casa	74	35	8	68	12	11	8	216
Comerciante	15	6	1	10	4	2	1	39
Pescador/a	40	21	6	49	6	0	11	133
Empregadas domésticas	27	11	5	23	4	1	1	72
Trabalhador da construção civil	22	15	3	23	7	1	3	74
Produtor/a rural	108	64	8	123	9	15	29	356
Garimpeiro/a	16	3	4	20	6	0	3	52
Trabalhadores/as por conta própria	93	35	4	81	18	8	6	245
Assalariados/as	34	8	5	26	6	2	2	83
Aposentados/as	59	19	4	46	19	14	8	155
Bordadeira/artesão	34	14	2	26	6	5	3	90
Desempregados/as	23	10	4	30	5	3	1	76
Trabalhador/a rural	64	46	16	93	4	4	16	243
TOTAL	609	287	70	618	106	66	92	1848/1060

Fonte: Sistematização Seminários Temáticos. 2019.

Estes dados nos trazem informações importantes sobre renda da população local. Observa-se que a maior quantidade de novos gastos se refere a itens relacionados à saúde e alimentação que perfazem totais de 609 e 618 novos gastos respectivamente. Cabe destacar que os novos gastos se relacionam entre si sendo muitas vezes determinados uns pelos outros como buscaremos demonstrar.

O impacto na renda das famílias relacionadas aos gastos com alimentação é um ponto muito importante a ser observado uma vez que em Barra Longa era muito comum a produção de gêneros alimentícios nos quintais. Os quintais produtivos garantiam o acesso da população a maior variedade alimentos e contribuía para a redução dos gastos com

alimentação. Desde que a cidade foi atingida pela lama de rejeitos a produção nos quintais teve uma redução extremamente significativa e em alguns casos se tornou completamente inviável. O acesso aos alimentos em grande medida tem ocorrido pela aquisição de alimentos via mercados e feiras implicando em gastos que antes não faziam parte do orçamento familiar.

Da mesma forma o acentuado aumento de gastos com saúde assinala o comprometimento da renda das famílias e a intensificação da dificuldade para a compra de outros itens, especialmente gêneros alimentícios, relacionando-se desta forma com o dado relativo a alimentação. Pois muitas famílias ao dispender recursos com saúde deixaram de adquirir maior quantidade e variedade de alimentos apontando para uma possível relação entre a alteração do acesso a alimentos e a condição de saúde das pessoas. Neste quadro percebemos a intensificação da condição de insegurança alimentar da população, especialmente daquela mais pobres.

Além disso os dados relativos aos gastos com a saúde indicam uma possível relação entre os efeitos da lama de rejeitos na saúde das pessoas que desde o desastre/crime têm contato, em variados graus e de diferentes formas, com este material tornando a reparação ainda mais urgente.

Os novos gastos com transporte, com 287 registros, também apresentam forte relação com a saúde uma vez que os atingidos/as relataram nos grupos de base e seminários temáticos dificuldades de acesso a alguns tipos de tratamento de saúde no município levando-os a buscar atendimento em outras cidades. Nestes casos as famílias arcaram integralmente e por conta própria com as despesas com deslocamento uma vez que não existe transporte público coletivo intermunicipal.

Já os gastos com produtos de limpeza, 106 registros, correspondem a despesas ocasionadas pela necessidade de maior número de faxina nas casas em virtude do depósito da lama de rejeitos e de grande quantidade de poeira que passou a se espalhar pela cidade e conseqüentemente nas casas.

O aumento das despesas com a produção, total de 92 manifestações, é melhor detalhado nos relatórios de atendimento nos quais se identifica o dispêndio de recursos pela compra de alimentos e de insumos para os animais.

Recursos como capim que antes estavam disponíveis nas propriedades não puderam mais utilizadas em virtude de terem sido atingidos pela lama de rejeitos. Os produtores relataram também gastos com consertos de equipamentos, máquinas e estruturas produtivas que foram levados ou danificados pela lama de rejeitos.

Por fim os novos gastos relacionados a moradia, 70 registros, se devem a despesas com alugueis, nos casos das famílias que precisaram deixar seus imóveis por conta lama; e, também, com reformas nas moradias afetadas, mas não completamente comprometidas pela lama. Disso conclui-se que situações geradas pelo rompimento da barragem aumentaram muito os gastos relativos a moradia que não foram completamente custeados pelos agentes responsáveis pelo desastre/crime, mas pela própria população.

Outra observação importante diz respeito as categorias profissionais que mais sofreram implicações na renda pelo desastre/crime. A tabela nos mostra que as donas de casas, ao/as trabalhadores/as por conta própria, os/as trabalhadores/as rurais e os produtores rurais conformam os quatro grupos profissionais com maior quantidade total de gastos, 213, 245, 243 e 356 respectivamente. Estes dados assinalam os impactos na renda de profissionais de categorias cujas rendas, em geral, somam quantias relativamente baixas se comparadas à outras atividades e categorias profissionais.

Segundo dados do IBGE a faixa salarial dos trabalhadores/as rurais em 2019 está entre R\$ 998,00 e R\$ 1.200,00. Já entre os trabalhadores por conta própria ou autônomos observa-se uma média salarial em torno de R\$1640,00.

No caso das donas de casa partimos da reflexão realizada pelas próprias trabalhadoras que avaliaram que o serviço doméstico por elas desempenhado cotidianamente diz respeito a um tipo de trabalho considerando os serviços realizados por elas e não a existência de remuneração. As donas de casa entenderam que a lama de rejeitos e a poeira dela derivada, ao invadir a cidade, determinou a intensificação do seu trabalho, seja pela necessidade de dedicar mais horas a limpeza das casas, seja pelo cuidado com familiares que adoeceram com os desdobramentos do desastre/crime. Além disso problematiza-se que para elas, não existe a possibilidade de descanso oportunizados, por exemplo pelo direito a férias, fazendo com que o aumento

do trabalho seja experimentado ininterruptamente desde o desastre/crime. Por tudo isso as donas de casa contabilizaram como dano o aumento das suas horas de trabalho. Assim consideramos razoável quantificar o valor do trabalho deste grupo a partir do salário mínimo vigente, hoje no valor de R\$998,00.

Dados da PNAD contínua referentes ao primeiro trimestre de 2018 demonstram que o rendimento mensal de 82,6% dos produtores rurais do país chegou ao máximo 2 salários mínimos por mês. Apenas 12% de trabalhadores rurais obtiveram rendimentos entre 2 e 5 salários mínimos por mês e apenas 5% recebem mais de 5 salários mínimos por mês. No caso dos produtores rurais percebe-se que os maiores gastos ocorreram além das áreas já identificadas, saúde e alimentação, com a produção considerando as despesas já destacadas.

Logo é possível perceber que para os grupos profissionais destacados as alterações negativas de rendas promovidas pelos novos gastos relatados pela população atingida significaram importante alteração no seu poder aquisitivo.

Dados sobre o acesso da população a Política de Assistência Social em Barra Longa trazem informações importantes sobre a renda das famílias. Como sabemos a Assistência Social é uma política não contributiva e deve atender a todas as pessoas que dela necessitarem. Esta política tem o objetivo garantir a proteção social e para tanto desenvolve ações especialmente voltadas aos grupos considerados mais vulneráveis socialmente como crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

A Assistência social é organizada em dois níveis: a) proteção social básica - voltada a prevenção de riscos sociais é implementada via programas, projetos, serviços e benefícios a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social e b) a proteção social especial – voltada para pessoas e famílias que por se encontrarem em situação de risco sofreram alguma violação de direitos tais como abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros.

Cabe destacar, contudo que esta política tem priorizado, para acesso dos benefícios financeiros, o atendimento dos sujeitos oriundos dos segmentos

economicamente mais baixos. Para acesso ao “Bolsa família”, benefício de transferência de renda voltado para famílias pobres e extremamente pobres, por exemplo, é necessário comprovar renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais. Se a família tiver na sua composição crianças ou adolescentes de até 17 anos, o patamar passa para R\$ 170 mensais. No mesmo sentido para acesso ao “Benefício de Prestação Continuada” (BPC), benefício destinado a pessoas portadoras de deficiência e idosos com 65 anos ou mais que não possuem condições de se sustentar é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, em dados atuais não pode ultrapassar R\$249,50⁷.

Considerando o perfil da população atendida pela assistência social esta política se torna um importante mecanismo para apreensão da configuração da situação de renda das famílias de Barra Longa conforme buscaremos destacar.

O Registro Mensal de Atendimentos (RMA) do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) assinala o expressivo aumento de procura pelos serviços da assistência social no município. O quadro a seguir, produzido pelo departamento de Assistência Social para o Plano de Trabalho do Município de Barra Longa para a execução do Plano Municipal de Reparação em Proteção Social permitem visualizar a situação.

Quadro 2 - Serviço de Atendimento Integral à Famílias (PAIF)

mês/ano	2015	2016	2017	2018

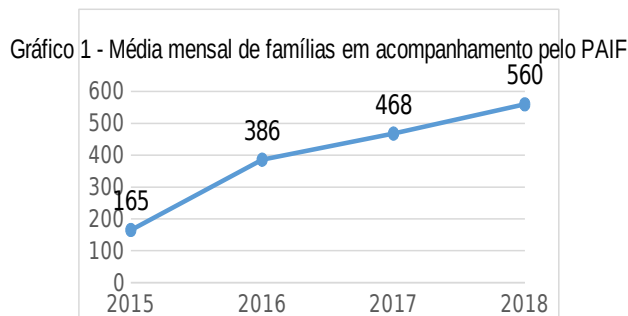
janeiro	-	187	408	536
fevereiro	-	386	398	589
março	-	365	426	548
abril	-	389	416	489
maio	189	346	426	598
junho	186	565	422	602
julho	178	325	489	622
agosto	122	428	492	618
setembro	150	402	528	646
outubro	168	426	531	260
novembro	162	386	531	275
dezembro	165	399	546	439
TOTAL	1320	4604	5613	6222

Fonte: RMA/MDS; Plano Municipal de Reparação em Proteção Social.

O período considerado compreende desde o ano de 2015, no qual ocorreu o desastre/crime, e o cenário mais atual, até julho de 2018. Percebe-se que em menos de quatro anos houve um aumento de quatro vezes na busca pelos serviços no CRAS do município que passou de 1320 atendimentos em 2015 para 6222 atendimentos em apenas 6 meses de 2018 (janeiro a julho). Este aumento tão expressivo em um município de pequeno porte aponta para a ocorrência de uma estreita relação entre os efeitos do desastre/crime e a alteração na renda das famílias.

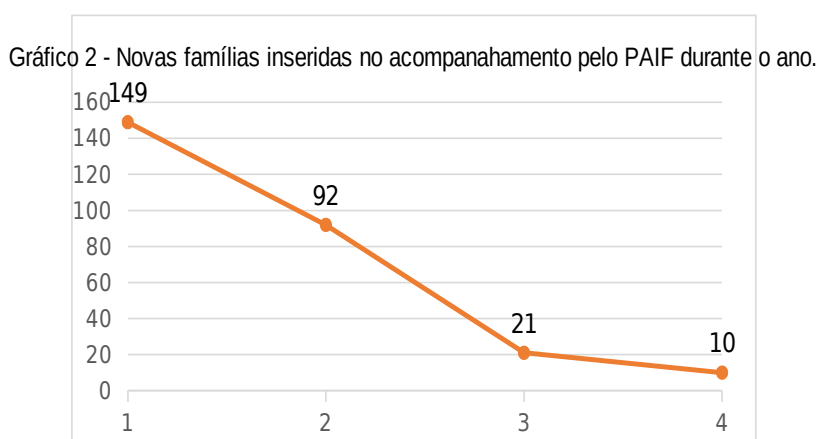
Os dados referentes ao registro mensal de atendimentos do CRAS também demonstram o aumento na demanda pelos serviços oferecidos considerando a média mensal de atendimentos. Conforme é possível observar no gráfico abaixo a média mensal de famílias acompanhadas pelo Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)⁸ aumentou no período entre 2015 e 2018:

8 O PAIF busca atender aos sujeitos acompanhados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e tem o objetivo prevenir a ruptura dos vínculos entre os sujeitos. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS. Para maiores informações acessar: <http://mds.gov.br/>.



Fonte: RMA CRAS 2015 -2017 (MDS/SAGI) e dados preliminares extraídos do RMA CRAS até julho de 2018 (MDS/SAGI).

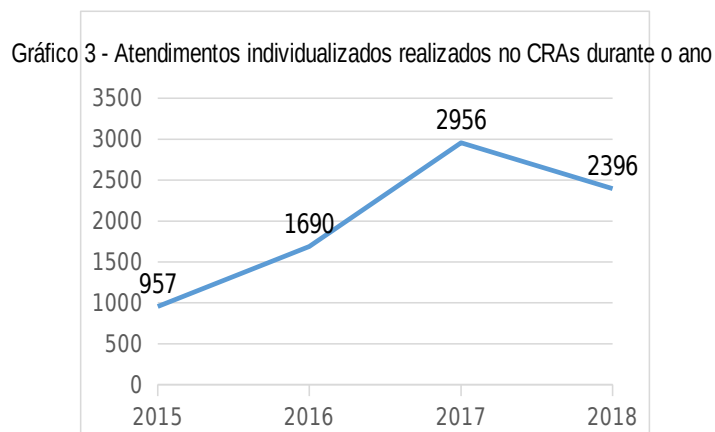
O RMA permitiu ainda a observar o número de novas famílias inseridas no PAIF durante mesmo período.



Fonte: RMA CRAS 2015 -2017 (MDS/SAGI) e dados preliminares extraídos do RMA CRAS até julho de 2018 (MDS/SAGI).

O gráfico demonstra que entre 2015 e 2016 o número de número de novas famílias acompanhadas pelo serviço teve maior volume com 149 e 92 inserções. Em 2017 e 2018 o volume de novos inscritos caiu para 21 e 10 novas famílias. Estes dados assinalam que apesar de aparente redução do número novas famílias inseridas no PAIF não é possível, pelos dados descritos, verificar quantas destas famílias deixaram de ser acompanhadas pelo serviço em virtude de alteração positiva de renda

Foi possível ainda observar tendência de aumento da demanda pela Assistência Social em virtude do número de atendimentos individuais realizados entre 2015 e julho de 2018 pelo CRAS. O gráfico abaixo assinala que houveram 957 atendimentos em 2015, 1690 em 2016, 2956 em 2017 e até julho de 2018 o CRAS já havia realizado 2396 demonstrando o aumento pela da procura pelos serviços da política em destaque.



Fonte: RMA CRAS 2015 -2017 (MDS/SAGI) e dados preliminares extraídos do RMA CRAS até julho de 2018 (MDS/SAGI).

Segundo dados do Ministério da Cidadania Barra Longa possuía até o mês de julho/2019, 1.096 famílias inseridas no Cadastro Único sendo 863 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 667 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com o cadastro atualizado. Assim 17,84% da população está inserida na política de Assistência Social.

A mesma fonte indica que o número de beneficiários do Programa Bolsa Família variou no último trimestre - julho, agosto e setembro/2019- entre 572 e 582 beneficiários o que corresponde à 9% e 9,47% da população total do município reconhecidamente dentro dos critérios de acesso do benefício voltado para a população mais pobre.

Para melhor avaliar o quadro socioeconômico do município a tabela que segue abaixo, elaborada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil⁹ apresenta informações importantes

Tabela 1 - Vulnerabilidade Social - Município - Barra Longa – MG

⁹ Os dados sobre Barra Longa produzido por esta fonte podem ser consultados em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barra-longa_mg

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	44,53	33,65	16,30
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola			
Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola e o total de crianças nesta faixa etária, multiplicada por 100.	-	89,28	70,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	30,46	11,40	2,34
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	23,31	24,87
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	0,59	2,76	1,77
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	8,37	12,16
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	10,53	9,43	20,21
% de vulneráveis e dependentes de idosos	6,44	10,90	8,80
% de crianças extremamente pobres	51,10	34,48	13,50
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	82,54	74,08	54,38
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	70,84	65,49
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	54,30	82,27	96,75

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

As informações presentes na tabela indicam que a cidade de Barra Longa experimentava uma melhora no que refere as situações de vulnerabilidade. Observa-se que entre 1990 e 2010 os dados relativos aos indicadores considerados, crianças e jovens família, trabalho e renda e condição de moradia, apresentavam a redução dos fatores de risco. Destacamos, por exemplo, o indicador trabalho e renda que apresenta significativa alteração positiva uma vez que indica uma redução na proporção de famílias sujeitas a vulnerabilidades relacionadas à pobreza,

A tabela também contém dados relevantes se observamos três grupos potencialmente vulneráveis, mulheres, crianças/adolescentes e idosos. Em todos estes grupos houve redução significativa indicando a melhora nas condições de renda das famílias.

Ao contrário do observado até o período destacado, mas especialmente desde o desastre/crime observa-se a reversão da tendência de melhora das condições relacionada aos riscos sócias de renda, uma vez que os dados atuais assinalam que vem ocorrendo um processo de empobrecimento da

população que tem enfrentado dificuldade tanto para retomar atividades produtivas e que compunham a renda da família e também para conseguir novas inserções no mercado de trabalho, seja por vínculo de trabalho formal ou informal.

3. Configuração socioassistencial do município de Barra Longa-MG

A análise dos dados relativos à situação de trabalho e renda em Barra Longa demonstram que, desde o desastre/crime que atingiu o município, houve significativa alteração negativa no que diz respeito as possibilidades de trabalho e emprego como também quanto ao poder aquisitivo da população. Em ambas as situações se observou um movimento de redução, expresso na diminuição das oportunidades de trabalho e emprego, formal e informal, e a consequente diminuição da renda das famílias.

Além disso observa-se um acentuado aumento pelos serviços assistenciais, especialmente aqueles voltados para a população de baixa renda. O aumento da demanda por tais serviços indica também o aumento da população com as características de renda próprias desta política, ou seja, aquela mais pobre.

Os dados levantados indicam a acentuação da vulnerabilidade socioeconômica da população uma vez que até o momento a cidade não conseguiu retomar no as atividades econômicas e produtivas de modo a restabelecer as oportunidades de acesso ao trabalho e a renda das famílias aqueles observados antes do desastre/crime.

O índice de desenvolvimento da FIRJAM (IFDM¹⁰) ratificam a percepção sobre a piora da condição de trabalho e renda das famílias de Barra Longa desde o desastre/crime. Segundo dados do referido índice, em 2015, o indicador emprego e renda alcançou 0,2744, o que indica baixo desenvolvimento¹¹.

Em 2016 o mesmo indicador subiu para 0,4983, alcançando status de desenvolvimento regular. Estes dados podem ser explicados por corresponderem ao contexto logo após ao rompimento da barragem, 2015 e 2016. Os dados demonstram um desempenho negativo quanto ao emprego e renda justamente no período no qual a economia da cidade esteve mais comprometida pelos efeitos do desastre/crime.

Os dados mais recentes sobre a situação e que foram considerados neste trabalho assinalam que não houve mudança significativa quanto a situação de trabalho e renda da população de Barra Longa. Afinal observa-se a continuidade da dificuldade de alterações positivas nestas áreas. A ausência de medidas efetivas de estímulo a retomada das atividades produtivas no município contribui com o quadro verificado.

É sabido que o TTAC prevê, em sua cláusula 8, a implementação de programas voltados a recomposição da economia local e regional dos municípios atingidos. Estes programas devem abarcar diversos eixos produtivos, considerando a particularidade e as possibilidades de cada cidade atingida. Entretanto tais programas não foram até o momento implementados de modo a garantir efetivamente a reativação econômica dos municípios, e este é o caso de Barra Longa. Alguns destes programas, como é o caso do Programa de Estímulo à Contratação Local, com papel de oportunizar a reinserção dos/das trabalhadores/as do município no mercado de trabalho local e que tem a potencialidade de reduzir o desemprego não teve até o momento a

10 Segundo informações na página da instituição o IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente, desde 2008, o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. O índice considera estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Para mais informações acessar: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

11 Para o IFDM os valores de referência considerados para a análise são: superior a 0,8 pontos – alto desenvolvimento; entre 0,6 e 0,8 pontos – desenvolvimento moderado; entre 0,4 e 0,6 pontos desenvolvimento regular e inferiores a 0,4 pontos – baixo desenvolvimento.

elaboração do seu escopo finalizado. Desta forma o mesmo ainda não foi implementado.

Também não existem iniciativas relacionadas a reativação produtiva do município sendo implementadas pelo poder público. O que acaba determinando um quadro de crescente carências da população.

Assim se coloca como tarefa urgente a necessidade de elaborar e implementar medidas capazes de promover a efetiva reabilitação econômica da população de Barra Longa. Considerando se tratar de uma situação complexa é fundamental o envolvimento do poder público. Mas é fundamental também que as medidas de reparação para esta área sejam efetivadas uma vez que o atual quadro econômico do município tem relação direta com o desastre/crime de Fundão.

Juliana Ap. Cobuci Pereira
Assistente Social
CRESSMG -23961

Referências

AEDAS. Sistematização dos Seminários Temáticos. 2019.

_____. Sistematização dos dados sobre Trabalho e Renda dos Grupos de Base. 2019.

_____. Levantamentos sobre Trabalho e Renda dos Grupos de Base. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barra-longa_mg. Acesso em: 20/08/2019.

BARRA LONGA. História. Disponível em: <https://www.barralonga.mg.gov.br/index.php/prefeitura/historia>>. Acesso em: 05/08/2019.

_____. Departamento de Assistência Social. Plano Municipal de Reparação em Proteção Social. 2019.

BRASIL. Justiça Federal. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC): acordo relativo ao ajuizamento de Ação Civil Pública em face da SAMARCO e dos ACIONISTAS, registrado sob o nº 0069758-61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, assinado em 02/03/2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>>. Acesso em: 15/04/2019.

_____. Registro Mensal de Atendimentos (RMA). Disponível em: <http://mds.gov.br/>. Acesso em: 05/09/2019.

FIRJAM. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 10/10/2019.

GIOVANNI, D. Sistemas de proteção social: Uma introdução conceitual. In M. A. Oliveira, (org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP. 1988.

HESPANHOL, R. A. M.; MOREIRA, E. V. As múltiplas fontes de renda das famílias residentes nos bairros rurais do município de Presidente Prudente/SP. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/969.pdf>>. Acesso em: 10/08/2019.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 10/09/2019.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio contínua (PNAD contínua). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>. Acesso em 01/08/2019.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Vigilância socioassistencial. Texto base apresentado à CIT no processo de revisão da NOB SUAS, 2005.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 18 N°. 51. P.99-192. 2003.

ANEXOS